

PERFIL SOCIOPEDAGÓGICO MUNICIPAL: um estudo de caso dos professores em Gravatá (PE)

SOCIO-PEDAGOGICAL MUNICIPAL PROFILE: a case study of teachers in Gravatá (PE)

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira¹

Davi Barboza Cavalcanti²

Anderson Henrique³

Jéssyca Maria França de Oliveira Melo⁴

RESUMO

Este artigo apresenta uma iniciativa de resgate da capacidade de planejamento local, realizando uma análise do perfil sociopedagógico do professor em Gravatá (PE). Metodologicamente, embasados na perspectiva qualitativa e no estudo de caso, foi aplicado um survey na modalidade censo com esses professores em fevereiro de 2018. Os resultados obtidos indicaram que dados significativos sobre o perfil docente e as condições físicas e pedagógicas das escolas municipais, contribuindo assim para futuras ações no âmbito das Políticas Públicas Educacionais e direcionamento de recursos.

Palavras-chave: Perfil docente; Política pública educacional; Estudo de caso.

ABSTRACT

This article presents an initiative to rescue the capacity of local planning, carrying out an analysis of the socio-educational profile of the teacher in Gravatá (PE). Methodologically, based on the qualitative perspective and the case study, a survey was applied in the census modality with these teachers in February 2018. The results obtained indicated that significant data on the teaching profile and the physical and pedagogical conditions of municipal schools, thus contributing for future actions within the scope of Public Educational Policies and resource allocation.

Keywords: Teacher profile, Educational public policy; Case study.

1 Doutor em Sociologia (UFPE). Integra o grupo de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciência Política (MPCP) e é cofundador do Observatório de Saneamento e Meio Ambiente do Recife (OSAR). Email: demetriusrff@gmail.com.

2 Doutor em Ciência Política (UFPE). É professor de ensino superior nos cursos de Comunicação, Marketing e Publicidade do Centro Universitário Brasileiro (Unibra). Email: davi.barboza@hotmail.com.

3 Bacharel e mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É cofundador da Analytique Consultoria. Email: andersonheri@gmail.com.

4 Doutoranda em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora convidada do Curso de especialização em Prótese Dentária da FOR-PE. Email: jessyca.fran@hotmail.com.

Introdução

Dificuldades em efetivar a política municipal de educação é uma realidade para os municípios de pequeno porte no Brasil. Descentralização político-administrativa, baixa capacidade de arrecadação, baixa capacidade de planejamento e recursos financeiros escassos são alguns dos fatores mais destacados na literatura especializada sobre os limites municipais em implementar políticas locais de educação (PINTO, 2014; DAVIES, 2012; MENDES, 2012).

A apregoada autonomia local, garantida pela Constituição Federal de 1988, esbarra na fragilidade econômica e administrativa existente na maioria dos municípios pequenos. Neste sentido, a capacidade de realizar políticas educacionais próprias, sem vinculação aos programas federais e estaduais, é quase nula (TAVARES, 2006).

O propósito deste artigo é apresentar uma experiência local de esforço para resgatar a capacidade de planejamento municipal em estruturar sua política de educação. Essa experiência ocorreu em Gravatá, um município de pequeno porte (população inferior a 100 mil habitantes) no Estado de Pernambuco, em 2018. Gravatá possui uma população de 84.074 habitantes, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,634 (médio) e figurando como o quadragésimo Produto Interno Bruto (PIB) municipal de Pernambuco (IBGE, 2019).

No esforço de superar o conjunto de limitações estruturais da gestão municipal, em Gravatá houve a adoção de novas práticas de gestão por parte da Secretaria Municipal de Educação. Com o propósito de otimizar os resultados dos investimentos municipais na rede escolar, optou-se pela aplicação de diferentes métodos e abordagens estruturadoras para a formulação de uma política local de educação, alinhada com as demandas locais e capaz de gerar impactos de longo prazo. No caso, iniciou-se um novo *modus operandi* local, preconizando a tomada de decisões a partir de evidências.

Metodologicamente, a experiência aqui apresentada está baseada em um *survey* na modalidade censo com os professores da rede municipal para identificar o perfil social, suas

práticas pedagógicas e suas percepções sobre as condições de infraestrutura escolar no sistema local de educação. Com esse artigo, espera-se difundir o uso desse método como um instrumento de gestão local, capaz de coletar dados essenciais para tomada de decisões baseadas em evidências por parte da gestão pública local.

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma. A Seção 2 aborda as principais características da avaliação e implementação de políticas públicas. Em seguida, mostra-se o contexto sobre o desempenho do sistema de educação municipal do caso de Gravatá (PE). Depois, apresenta-se o procedimento metodológico empregado e as limitações da pesquisa. Na quarta seção, os resultados obtidos são apresentados. Por fim, expõem-se os principais resultados e um conjunto de recomendações baseadas nas evidências coletadas.

Quadro teórico: características gerais de implementação e avaliação de políticas públicas

As políticas públicas se caracterizam como as principais formas de intervenção do Estado na sociedade (SABATIER, 1986), sendo úteis na solução de problemas sociais (SOUZA, 2006; ARRETCHE, 2002) e em outros processos decisórios governamentais (DYE, 1984; PETERS, 1986). O pioneiro nos estudos de política públicas, Laswell (1956), apontava que as análises de políticas públicas deveriam responder: *Who Gets What, When, How*. Sendo assim, identificar as formas e cenários em que o Estado pode implementar essas políticas é de suma importância para erradicar problemas históricos da população (SÁ; SILVA, 2018).

Ademais, a engenharia institucional do Estado também é importante na execução de uma política pública. O sistema de governo federalista, como no Brasil, tem como uma de suas prerrogativas principais lidar com problemas sociais e econômicos e com suas diversas clivagens sociais presentes no território (LIJPHART, 2003). No âmbito do Brasil, o federalismo descentralizado (ARRETCHE, 2004; MARQUES JUNIOR *et al.*, 2011) é dividido entre os entes União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Esses atores são importantes na criação, coordenação, promoção e avaliação das políticas públicas, buscando proporcionar aos seus cidadãos equidade e eficiência na prestação de serviços públicos de

educação, de segurança, de assistência social e de saúde.

Portanto, a criação de uma política pública pode requerer diversos ou alguns atores (gestores, burocratas e cidadãos) e entes da federação, para que, assim, todos os envolvidos possam desempenhar seus papéis adequadamente, como esperado. Para a política pública ganhar corpo, é necessário passar por cinco fases: formação da agenda, formulação de políticas públicas, adoção, implementação e avaliação.

Em termos gerais, cada fase pode ser caracterizada como: (1) formação da agenda: consiste nos assuntos em que os agentes governamentais, ou aqueles diretamente associados a eles, prestam atenção aos problemas, escolhendo no conjunto de alternativas qual será a atendida (KINGDON, 1984); (2) formulação de políticas públicas: é a parte do ciclo em que os governantes desenham as políticas públicas, podendo levar em consideração aspectos ideológicos e eleitorais (SOUZA, 2006); (3) adoção: refere-se aos motivos no qual os governos aderem ou não à política pública (LOWI, 1964); (4) implementação: consiste na tradução das propostas e metas do programa em ação para a efetivação junto ao público-alvo da política⁵ (SILVA, 2015) e; por fim, (5) avaliação: onde será mensurado o efeito da política pública, em curto, médio e longo prazo, observando os resultados e impactos (ROSSI, LIPSEY e FREEMAN, 2004). Ademais, na avaliação promove-se diagnósticos sobre a aplicabilidade e razoabilidade para promoção de novas ações ou refinar a política pública (BATISTA; DOMINGOS, 2017).

Desse ciclo, as fases analisadas que demandam sofisticação metodológica repousam na avaliação da implementação e, sobretudo, na avaliação de impacto. Em termos gerais, na implementação destaca-se as formas mais comum de uma política pública: do tipo “de cima para baixo” e “de baixo para cima”. Implementação “de cima para baixo” tem como principal objetivo a decisão política, que, geralmente, vem por meio de uma lei (ou estatuto), examinando suas medidas, e objetivos legais obrigatórios, observando seu alcance ao longo do tempo. Segundo Winter (2010), essa implementação adota uma perspectiva de controle sobre a implementação da política pelo ator central presente na hierarquia, tentando mostrar

5 Para um debate mais amplo sobre evolução dos estudos e implementação de política pública ver Sabatier (1986), Souza (2006) e Winter (2010).

através de conselhos, sobre como a estrutura deve se comportar no processo a partir de decisões do topo.

A perspectiva “de baixo para cima” de implementação é baseada não nos atores do governo central, mas nos diversos atores do processo que interagem no âmbito específico, em especial, os que lidam com os problemas e questões locais (SABATIER, 1986). O objetivo dessa perspectiva é mapear a rede de atores envolvidos na prestação de serviço em um ou vários locais e saber quais são suas metas e estratégias (HJERN *et al.*, 1978).

Em relação à avaliação, segundo Batista e Domingos (2017), deve ser de vários tipos e classificada de formas diferentes, podendo ser executada anteriormente (*ex-ante*) e/ou posteriormente (*ex-post*), pelos promotores das políticas (gestores) e por membros externos (avaliadores independentes ou participantes). É imprescindível analisar a política pública nas fases de formulação, implementação e avaliação de impacto para fornecer ao gestor informações relevantes para a elaboração programas capazes de alcançar o maior número de cidadãos e cumprir com seus objetivos. Portanto, levantar informações primárias por meio de questionários se torna o primeiro passo para que seja possível produzir dados no sentido de realizar inferências causais capazes de avaliar o sucesso das políticas públicas.

Características gerais do desempenho da educação municipal de Gravatá-PE

A qualidade na educação é um fenômeno multifatorial e de difícil mensuração, que demanda alta capacidade de recursos e acompanhamento periódicos (DOURADO; OLIVEIRA, 2009). Diante do desafio de mensurar a qualidade do aprendizado na educação básica, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2007, desenvolveu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o qual possibilita o monitoramento e a comparabilidade da qualidade da educação básica no Brasil.

O IDEB foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação), obtido no Censo Escolar, e as médias de desempenho

nos exames aplicados pelo Inep⁶. Este índice é empregado como o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil, utilizando uma escala padronizada que vai de 0 a 10.

Trata-se de uma ferramenta para acompanhar as metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que estabeleceu, como meta do IDEB para 2021 no Brasil, 6,0 para os Anos Iniciais⁷ e 5,5 para os Anos Finais – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em 2015, a cidade de Gravatá apresentou um resultado inferior às médias nacional e estadual, tanto para os Anos Iniciais como para os Anos Finais (Ver Tabela 01).

Quadro 01 – IDEB por Anos Iniciais e Finais em 2015

	Brasil	Pernambuco	Gravatá
IDEB Anos Iniciais	5,3	4,6	4,2
IDEB Anos Finais	4,2	3,8	3,5

Fonte: Elaboração dos autores (2020), a partir do Inep (2018).

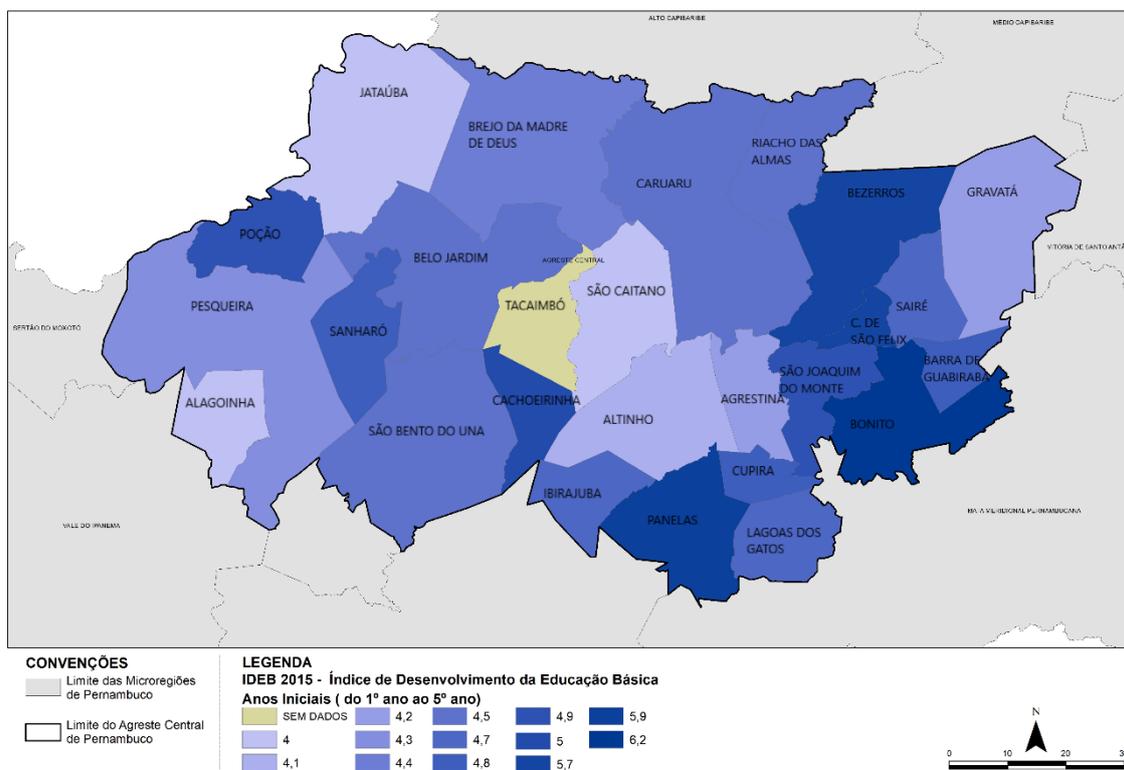
Vários estudiosos apontam a forte correlação que existe entre o desempenho do IDEB e fatores extrínsecos ao ambiente escolar, como renda per capita, PIB e outros, que, não menos importantes, não serão considerados aqui para fins analíticos em virtude dos propósitos da pesquisa (CORBUCCI; ZEN, 2013; SOLIGO, 2015).

Considerando o contexto regional, o município de Gravatá está inserido no Agreste Central de Pernambuco que congrega outros 24 municípios. A Figura 01, abaixo, apresenta o mapa do IDEB para os Anos Iniciais na região, onde é possível observar a distribuição dos *scores* (pontuações) por faixas de cores; no caso, quanto mais escura a cor, maior o *score* do IDEB.

⁶ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – para as unidades da federação e para o País, e a Prova Brasil – para os municípios.

⁷ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96), alterada pela Lei Ordinária 11.274/2006, o Ensino Fundamental passou então a ser dividido em Anos Iniciais (compreende do 1º ao 5º ano) e Anos Finais (compreende do 6º ao 9º ano).

Figura 1 – IDEB para os Anos Iniciais do Agreste Central de Pernambuco em 2015

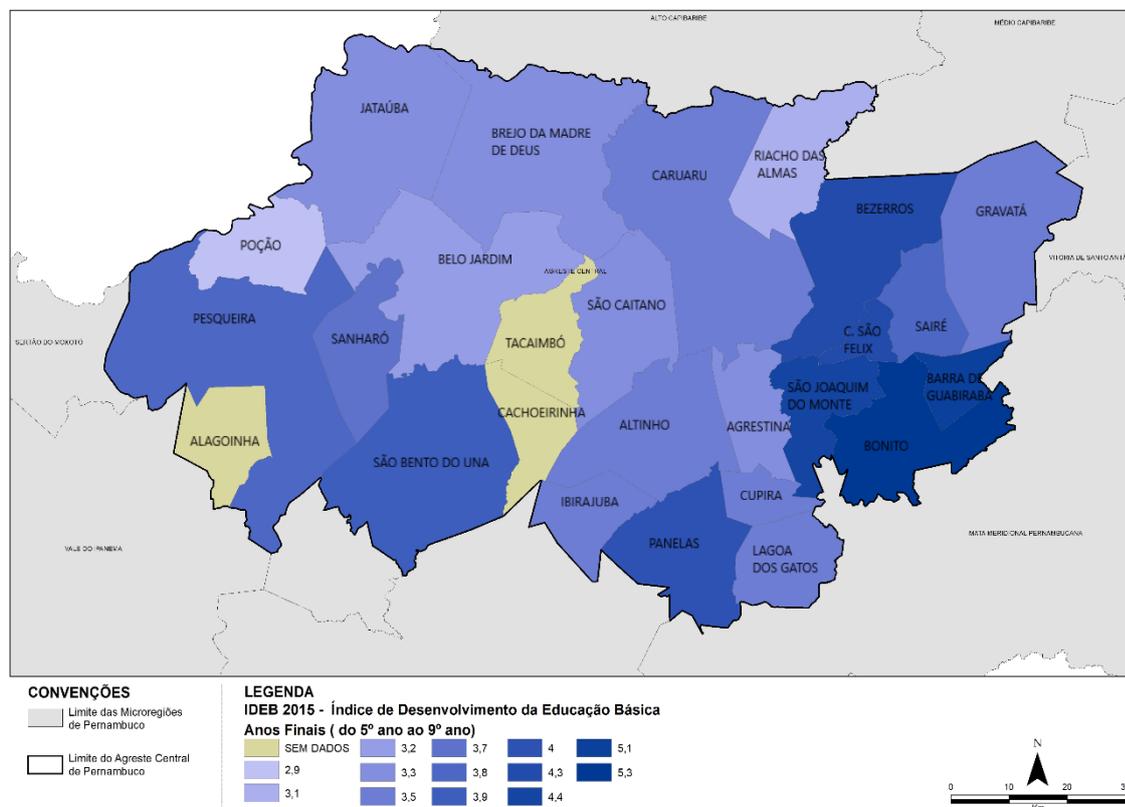


Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Na região, o resultado do IDEB para os Anos Iniciais no município de Gravatá é um dos menores. Em 2015, ocupou a 21ª posição (de um total de 25 municípios), empatado com a cidade de Agrestina (com um *score* de 4,2). De acordo com a meta de evolução do IDEB para alcançar o patamar de 6,0 em 2021, o resultado observado de 4,2 é inferior à meta municipal de 4,3 prevista para o ano de 2015 (QEDU, 2018). Como apresentado, o baixo IDEB para os Anos Iniciais em Gravatá é um dos menores da região.

Quanto ao resultado do IDEB para os Anos Finais, Gravatá apresenta um *score* de 3,5. Na Figura 02, abaixo, apresenta-se o mapa do IDEB para os Anos Finais na região do Agreste Central de Pernambuco, onde é possível observar a distribuição dos *scores* por faixas de cores, no caso, quanto mais escura a cor, maior o *score* do IDEB.

Figura 02 – IDEB para os Anos Finais do Agreste Central de Pernambuco em 2015



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Novamente, o resultado do IDEB para os Anos Finais de Gravatá, no contexto regional, é considerado baixo. Em 2015, o município ocupou a 11^o posição (de um total de 25 municípios), empatado com as cidades de Cupira, Ibirajuba, Lagoa dos Gatos, Caruaru e Altinho (todos com um *score* de 3,5). De acordo com a meta de evolução do IDEB para alcançar o patamar de 5,5 em 2021, o resultado observado de 3,5 atende a meta municipal de prevista para o ano de 2015 (QEDU, 2018).

Considerando os resultados do IDEB para os Anos Iniciais e Finais, em 2015, é seguro afirmar que o desempenho municipal está abaixo do esperado para cumprir as metas do PNE (2014). Com o objetivo de superar esse desafio, atingindo as metas educacionais estipuladas, o *survey* desenvolvido (apresentado na seção seguinte) representa parte desse esforço para responder a seguinte questão de pesquisa: como está disposto o perfil sociopedagógico dos

docentes da rede municipal de ensino?

Metodologia

A pesquisa de tipo *survey* adotada foi descritiva orientada para a obtenção de dados sobre características, ações ou opiniões da população (FINK, 1995; FREITAS et al., 1999) de docentes da rede municipal de Gravatá no Estado de Pernambuco. Pretendeu-se identificar características sociais e pedagógicas do corpo docente local, além da percepção destes sobre a qualidade da infraestrutura em sala de aula.

O desenho de pesquisa empregado se enquadra no estudo de caso, dado a seu fenômeno espacial e temporalmente definidos, usada para gerar uma compreensão profunda e multifacetada de uma questão complexa em seu contexto da vida real (GERRING, 2006; CROWE *et al.*, 2011; YIN, 2011). Segundo Gerring (2006), estudo de caso é um estudo intensivo de um caso singular ou pequenos números de casos capazes de produzir inferências para uma população maior de casos.

Por sua vez, a escolha da cidade de Gravatá se deu por limitação técnica e financeira em elaborar e aplicar questionários a uma amostra representativa de docentes para todos os municípios do Brasil e/ou do Estado de Pernambuco. Além disso, fez-se oportuno pela disponibilidade do acesso à população de professores – e não uma amostra - da rede de ensino municipal no início do ano letivo do primeiro encontro pedagógico em 2018.

Apesar dessa limitação, o objetivo deste estudo é descrever a situação do caso em questão. Neste tipo de estudo, como pontua Gerring (2006, p. 97), “(...) não se preocupando com exigências mais complexas que possam permitir obter alavancagem causal sobre a questão de interesse”. Portanto, nosso objetivo é mapear o perfil sociopedagógico dos docentes da rede municipal de ensino, sendo capaz de produzir informações necessárias para que o gestor local possa elaborar e implementar políticas públicas focalizadas nas deficiências dos docentes e alunos.

O questionário⁸ (CAVALCANTI et al., 2020) foi formulado para coletar informações sobre os docentes efetivos e contratados da rede municipal de ensino. Sua estrutura foi desenhada a partir de três módulos distintos. No primeiro, as questões inseridas foram para traçar o perfil social e a formação do docente. No segundo módulo, as questões foram direcionadas para captar as práticas pedagógicas e as atividades profissionais desenvolvidas. No terceiro e último módulo, procurou-se captar a percepção dos docentes sobre a infraestrutura da rede escolar. Ao longo do questionário priorizou-se a construção de enunciados curtos e claros, de modo a minimizar possíveis confusões interpretativas por parte do público-alvo.

A forma de aplicação foi do tipo autoministrado, em um ambiente com cerca de 357 docentes presentes. Não foi possível controlar o ambiente e evitar que os respondentes se concentrassem integralmente no questionário. Nesse aspecto, identificamos dois problemas: (1) preenchimento do questionário de forma incompleta e o não preenchimento; (2) o número de perguntas excessivas por parte dos respondentes durante o processo de aplicação, indicando um possível constrangimento ou receio em responder ao questionário - que foi uma iniciativa da secretaria municipal de educação. Para o primeiro problema, a solução encontrada foi a eliminação dos questionários semi preenchidos. Para o segundo, a solução adotada para minimizar os constrangimentos de preenchimento do questionário foi apresentar a pesquisa como uma parceria da secretaria municipal de educação, trazendo pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), membros do grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política (MPCP), vinculado ao Departamento de Ciência Política da UFPE, para administrar a apresentação e aplicação do questionário.

No total, foram 253 respondentes validados de um universo de 326 indivíduos respondentes. Em linhas gerais, parcela significativa da população de docentes não respondeu ou respondeu indevidamente, invalidando o questionário aplicado. Apesar do elevado número de indivíduos que não aderiram à pesquisa, manteve-se a análise dos dados coletados e a generalização das informações obtidas, pois, até então, a secretaria municipal de educação não

8 Este questionário está disponível no repositório OSF (Open Science Framework). Disponível em: <osf.io/vzk2n>. Acesso em 04.07.2020.

possuía uma base de dados primária sobre o corpo docente local. Apesar das limitações e inconsistências da pesquisa, as informações obtidas foram fundamentais para se obter um panorama, ainda que impreciso, da realidade docente local.

Além da limitação na adesão da totalidade da população local de docentes, identificou-se também um conjunto de limitações: 1) o viés do tipo *conformity bias*, também conhecido como o viés do socialmente desejado, na qual os respondentes tendem a selecionar respostas com conotação positiva, sobrestimando práticas pedagogicamente desejadas; 2) Apesar da aplicação do questionário ter sido conduzida por membros do MPCP, o ambiente de aplicação dos questionários também gerou viés, por ter sido feito na abertura do ano letivo. Esse ambiente gerou o viés conhecido como *sponsorship bias*, no qual sentimentos e opiniões dos respondentes pela instituição influenciam nas respostas.

Apesar das limitações apresentadas, esta pesquisa cumpriu sua função precípua de prover uma base de dados local sobre o perfil do docente da rede municipal de ensino de Gravatá; e de prover evidências para fortalecer a capacidade municipal de formular políticas educacionais.

Por fim, as análises apresentadas foram tabuladas no Microsoft Excel 2016 e analisadas no software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e no *Tableau* (versão 10.4). Na seção a seguir serão apresentados os resultados obtidos de acordo com a ordem de módulos inseridos no questionário.

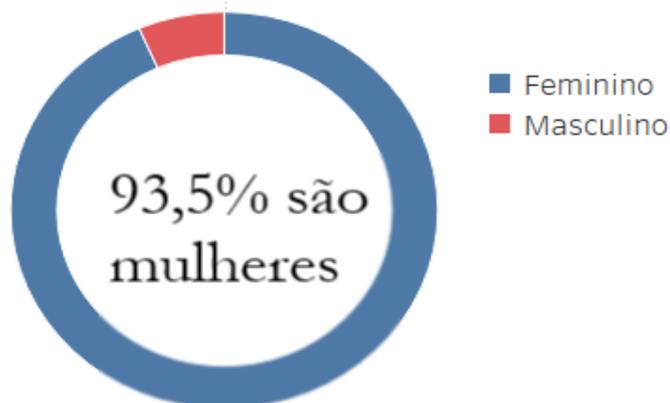
Resultados e discussão: o perfil do professor da rede municipal de Gravatá

Identificar as características gerais do docente atuante na rede educacional de Gravatá é parte essencial para se pensar em ajustes e investimentos direcionados para a qualificação profissional.

O perfil do docente da educação básica no Brasil é tradicionalmente caracterizado pela sobreposição das mulheres em relação aos homens. Estima-se que 83,1% dos professores da educação básica no Brasil são do sexo feminino (MATIJASCIC, 2017). Em Gravatá, esse perfil é ainda mais acentuado, com a presença de mais de 90% de mulheres na população de

docentes analisada.

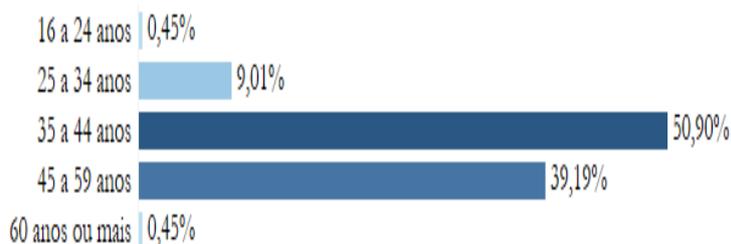
Gráfico 01 – Percentual de professoras em relação a professores na rede municipal de educação de Gravatá



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Quanto à distribuição da idade por faixa etária entre professores da rede municipal de educação de Gravatá, observa-se que cerca de 90% dos professores da rede municipal de educação estão situadas nas faixas de 34 a 44 anos e 45 a 59 anos.

Gráfico 02 – Faixa etária dos professores de Gravatá por classes



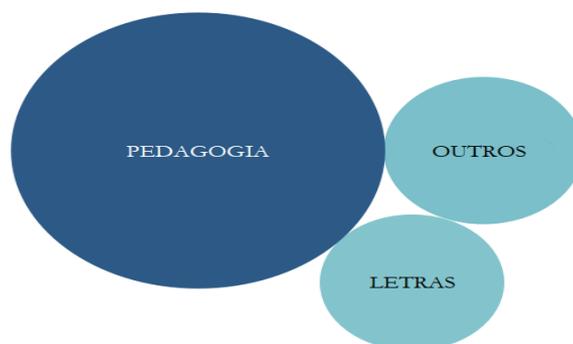
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Parcela significativa dos professores da rede municipal de Gravatá, quase 40%,

encontra-se na faixa dos 45 a 59 anos. Esse quadro evidencia que ao longo dos próximos anos parcela considerável dessa população estará em processo de aposentadoria.

Quanto à formação dos professores, identificou-se que 98,7% dessa categoria declarou ter curso superior. Desse total, observou-se que o curso superior de maior frequência na categoria é a formação em Pedagogia (65%), seguido de Letras (16%).

Gráfico 03 – Perfil de formação do docente de Gravatá

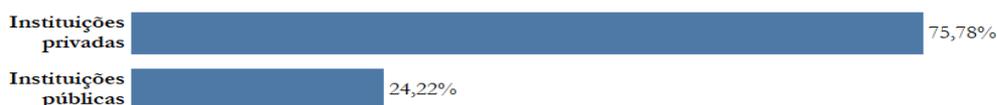


Fonte: Elaboração dos autores (2020).

As demais formações superiores (graduações) estão agrupadas na categoria “outros”, envolvendo os cursos de geografia, biologia, ciências sociais, matemática, educação física, teologia etc. Também é importante destacar que dos docentes que declararam ter curso superior, 85% afirmaram possuir o título de especialização (pós-graduação *latu sensu*) e 5% afirmaram possuir o título de mestre (pós-graduação *stricto sensu*).

Do total de docentes com curso superior, 97% declararam ter realizado a graduação de forma presencial. Quanto à natureza da instituição onde se graduou, mais de 75% dos respondentes fizeram a graduação em instituição privada de ensino (ver Gráfico 4).

Gráfico 04 – Natureza das instituições formadoras dos docentes



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Das instituições privadas responsáveis pela formação dos docentes da rede municipal de Gravatá, destacam-se a FAINTVISA e a FAFICA. A primeira, localizada no município de Vitória de Santo Antão, distante cerca de 36 quilômetros do município de Gravatá, foi apontada por 21% dos docentes como a instituição onde realizaram sua graduação. A segunda, localizada no município de Caruaru, distante cerca de 84 quilômetros, foi apontada como a responsável pela formação de 12,7% dos docentes da rede municipal de Gravatá.

Quanto à quantidade de vínculos profissionais assumidos pelos docentes da rede municipal de Gravatá, observou-se que 27% dos respondentes declararam possuir um ou mais vínculos empregatícios com outras redes (municipais, privadas e estaduais). Esse número é expressivo e reflete, em parte, a precarização da profissão (BASILIO; ALMEIDA, 2018). No caso da rede municipal de educação de Gravatá, essa característica de mais de um vínculo de trabalho está restrita aos professores contratados que buscam alternativas de complementação de renda trabalhando em outras redes de ensino.

Em síntese, o docente da rede municipal de educação de Gravatá apresenta um perfil majoritariamente feminino, com idade concentrada na faixa etária acima dos 35 anos e com parcela significativa acima dos 45 anos. Sua formação predominante é em pedagogia, de forma presencial e em instituições privadas localizadas em municípios espacialmente próximos e com parcela significativa dos docentes (27%) com um ou mais vínculos profissionais.

Apresentado o perfil de formação do docente da rede municipal de Gravatá, a seguir serão apresentadas as principais práticas pedagógicas desenvolvidas.

Práticas pedagógicas

Quanto às atividades profissionais desenvolvidas no ambiente escolar, os resultados apresentados indicam que:

- O professor da rede municipal de Gravatá, em geral, participou de reuniões para decidir sobre o projeto pedagógico escolar. Entretanto, parcela significativa dos docentes (21%) declarou nunca ter participado desse processo.
- Mais de 80% dos professores declararam participar ao menos uma vez da elaboração do currículo escolar. Entretanto, 15% dos professores declararam nunca terem participado do processo.
- Mais de 80% dos professores declararam, ao menos uma vez, ter participado da discussão e seleção do material didático. Porém, quase 15% dos docentes afirmaram que nunca participaram desse processo.
- Mais de 90% dos professores declararam compartilhar experiências pedagógicas.
- Mais de 90% dos professores declararam definir critérios para avaliação do progresso dos alunos, porém, cerca de 10%, não estabeleceram esses critérios.
- Mais de 90% dos professores afirmaram que envolvem as famílias no processo de aprendizagem dos alunos mais de uma vez por ano.

Nos Gráficos 5 a 10, apresenta-se a distribuição das práticas pedagógicas por faixas de frequências:

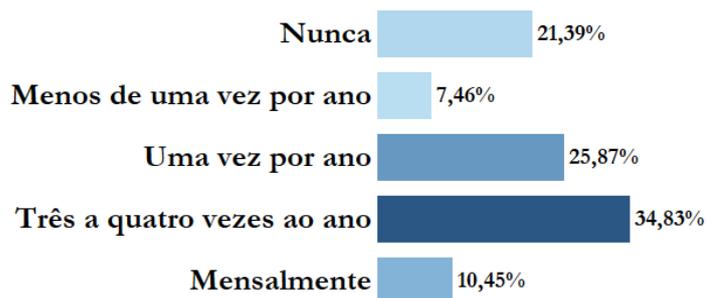
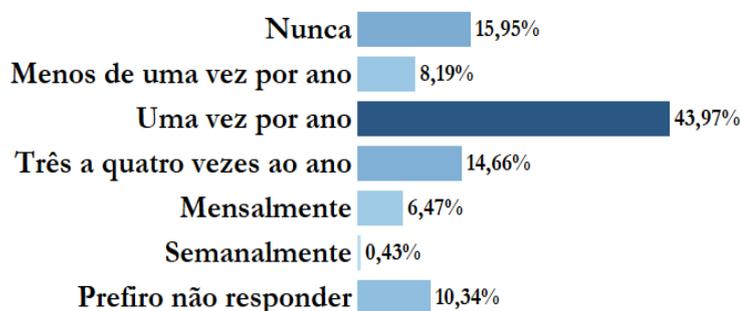


Gráfico 05 – Frequência da participação em reuniões de equipe para discutir o projeto pedagógico

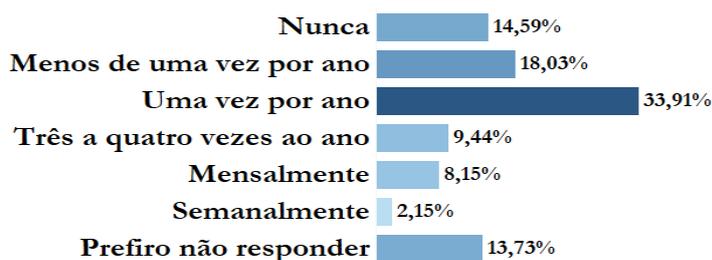
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 06 – Frequência da participação na elaboração do currículo escolar



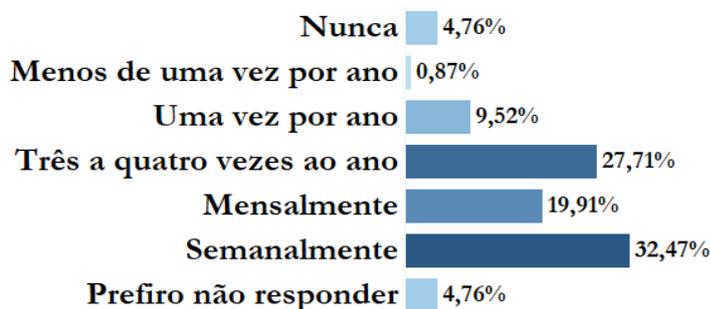
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 07 – Frequência na participação sobre a seleção de materiais didáticos



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 08 – Frequência de compartilhamento de experiências pedagógicas



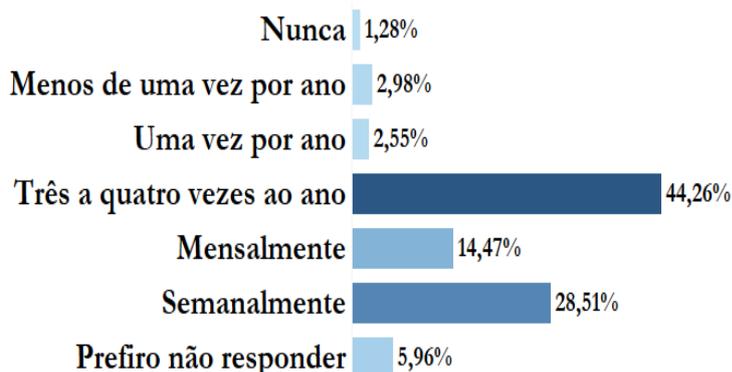
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 09 – Frequência na definição de critérios para progressão dos alunos



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 10 – Frequência de práticas para o envolvimento das famílias no acompanhamento da aprendizagem dos alunos



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

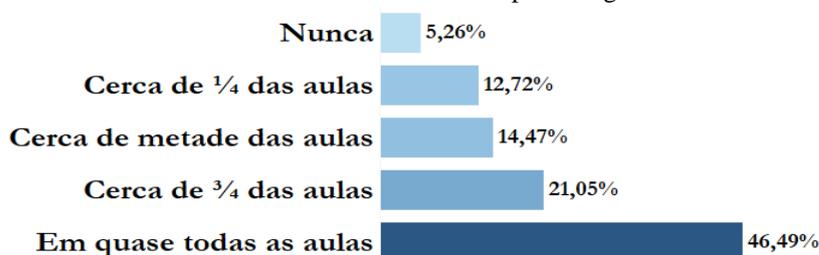
Quanto às atividades profissionais desenvolvidas em sala de aula, os resultados apresentados indicam que:

- Quase metade dos professores (46,4%) propuseram trabalhos diferenciados para alunos com dificuldades de aprendizagem e para os que podem avançar mais rapidamente em quase todas as aulas;
- Em quase todas as aulas, cerca de 43% dos professores trabalharam com os alunos individualmente;

- Poucos mais de 1/3 dos professores (35%) propuseram produção de texto aos alunos em todas as aulas
- 35% dos professores declararam propor debates sobre diferentes temas aos alunos em quase todas as aulas.

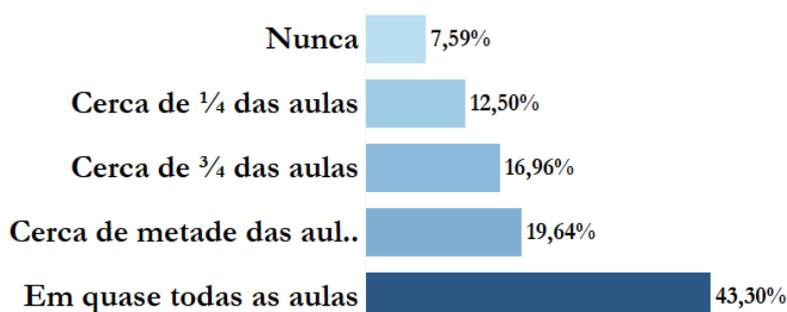
Apresenta-se, a seguir, a frequência das atividades profissionais desenvolvidas por faixas.

Gráfico 11 – Frequência da proposição de trabalhos diferenciados para alunos com dificuldade e facilidade na aprendizagem



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 12 – Frequência de trabalhos individualizados com os alunos



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 13 – Frequência na proposição de produção de textos aos alunos
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

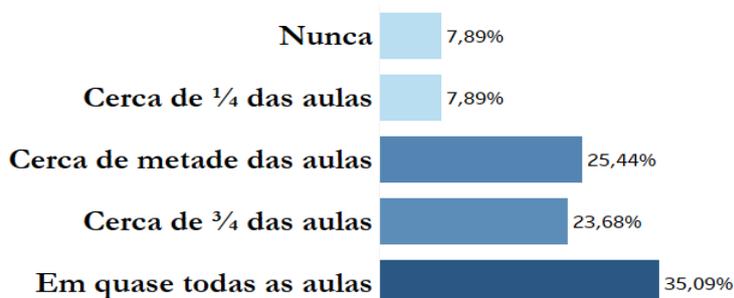
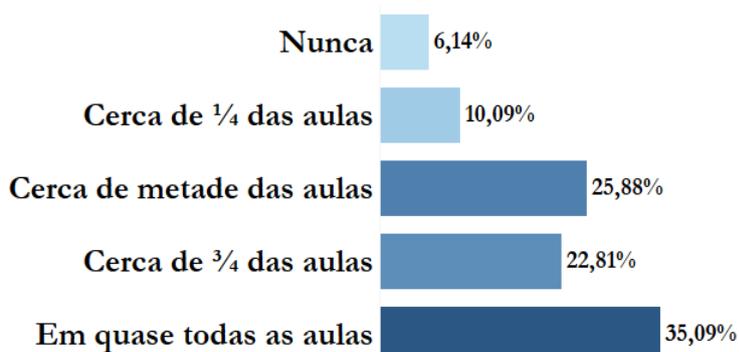
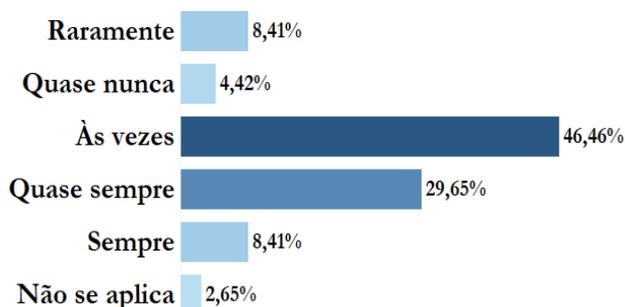


Gráfico 14 - Frequência na proposição de debates sobre diferentes temas aos alunos



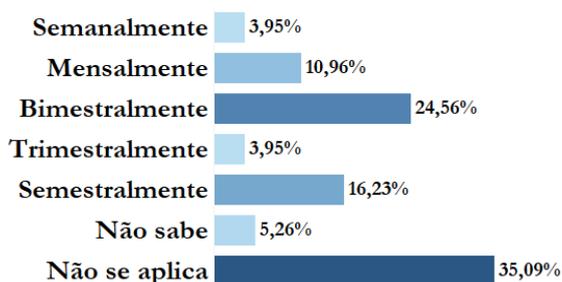
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Além das práticas pedagógicas e das atividades profissionais desenvolvidas em sala de aula, o acesso e o uso de recursos multimídias com fins pedagógicos é um meio importante para facilitar o processo ensino-aprendizagem. No Gráfico 15, abaixo, apresenta-se a frequência de uso desses recursos por parte dos professores em sala de aula.

Gráfico 15 – Frequência do uso de recursos multimídia em sala de aula

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Quase metade dos professores (46,4%) declarou utilizar recursos multimídias às vezes. Por sua vez, 8,4% declararam utilizar raramente ou quase nunca e 38% afirmaram utilizar sempre ou quase sempre. Apenas 2,6% declararam que não se aplica, ou seja, que não dispõem de recursos multimídia para utilizar em sala de aula. De acordo com os resultados observados, é possível inferir que os docentes possuem acesso aos recursos multimídia em sala de aula, apesar da frequência do uso não apresentar uma tendência clara. Quanto ao suporte pedagógico da coordenação para a construção do plano de ensino, apresenta-se no Gráfico 16 a frequência com que a coordenação planeja e discute o plano de ensino com o professor.

Gráfico 16 – Frequência de planejamento do plano de ensino com o coordenador pedagógico

Fonte: os autores

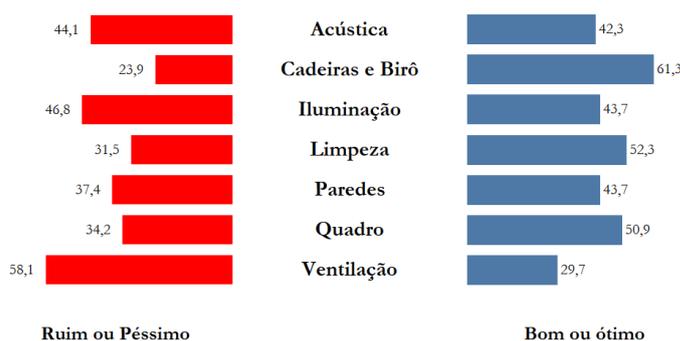
Dos resultados observados, parcela significativa de professores (35%) declarou que o planejamento do seu plano de ensino com a coordenação pedagógica não se aplica. A expressividade do resultado observado para parcela dos docentes com os quais a frequência do planejamento do plano de ensino com o coordenador pedagógico não se aplica é preocupante. Considerando o papel central do coordenador pedagógico como gestor de processos pedagógicos (GOMES, 2013), a falta de participação deste profissional expressa problemas relevantes para a articulação da política local de educação e, sobretudo, para o alinhamento escolar com as diretrizes locais do ensino.

Quanto à percepção da qualidade do mobiliário escolar em sala de aula, os resultados apresentados indicam que:

- Dos itens avaliados como ruim ou péssimos, Ventilação (58,1%), Iluminação (46,8%) e Acústica (44,1%) apresentaram a maior taxa de reprovação pelos professores;
- Dos itens avaliados como bom ou ótimo, Cadeiras e Birô (61,3%), Limpeza (52,3%) e Quadro (50,9%) obtiveram as melhores taxas de aprovação.

No Gráfico 17, é possível observar a percepção dos docentes sobre a qualidade do mobiliário e de elementos da sala de aula, a partir das categorias⁹ de satisfação (bom ou ótimo) e insatisfação (ruim ou péssimo).

Gráfico 17 - percepção dos docentes sobre a qualidade do mobiliário escolar



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

⁹ Para a elaboração do gráfico 14, a categoria central – regular, foi excluída. Priorizou-se a representação em polos opostos para explicitar a satisfação/insatisfação dos docentes.

Considerações finais

O esforço empreendido para coletar, tratar e sistematizar dados de forma qualificada, promoveu subsídios básicos e essenciais para o futuro desenho de uma política educacional ancorada em boas práticas. Com base nos dados coletados, foram identificados um conjunto de insuficiências na rede municipal de ensino, assim como foram tecidas recomendações no sentido de aperfeiçoar a política local de educação. A seguir, são apresentados os principais problemas e recomendações.

Quadro 1– Síntese dos principais problemas identificados e das recomendações propostas

Problema identificado	Recomendação
Quantidade expressiva de professores próxima a idade de aposentadoria	Iniciar o planejamento para renovação do quadro de docentes efetivos
Baixo envolvimento dos docentes na elaboração do projeto pedagógico escolar e do currículo escolar	Incentivar o envolvimento global dos docentes na elaboração do projeto pedagógico escolar e do currículo escolar
Baixo envolvimento dos docentes em atividades individualizadas para acompanhamento dos alunos	Proporcionar aos docentes meios e formações para o atendimento individualizado dos estudantes
Parcela expressiva de docentes sem acompanhamento da coordenação pedagógica no planejamento do plano de ensino	Monitorar o suporte da coordenação pedagógica ao docente para aperfeiçoar o planejamento do plano de ensino
Precariedade da infraestrutura de ventilação, iluminação e acústica das salas de aula	Investir para aperfeiçoar as condições de ventilação, iluminação e acústica das salas de aula.

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

O conjunto de recomendações sistematizadas, além de subsidiar a formulação da política local de educação, também vai proporcionar à gestão local um parâmetro de avaliação da qualidade da rede de ensino local com base no perfil e na perspectiva dos docentes. Para tanto, é necessário destacar o caráter inovador desta pesquisa que se utiliza não só de uma descrição geral do docente, mas adentra nas perspectivas desses profissionais que trabalham diariamente com a política de educação no seu nível operacional, lidando diretamente com o público receptor.

Considerando o baixo desempenho da educação municipal de Gravatá, com o IDEB abaixo das metas pretendidas, o enfoque aqui adotado de identificar o perfil sociopedagógico do docente municipal pode subsidiar diferentes estratégias para otimizar a qualidade da educação local e, conseqüentemente, melhorar o desempenho educacional. Neste sentido, conhecer a visão, a opinião e a avaliação destes profissionais sobre a rede pode representar uma alternativa valiosa para a construção de uma política de educação municipal de longo prazo.

Referências

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil:** a reforma dos programas sociais. Rev. Dados, Vol. 45, No. 3, 2002.

BASILIO, Juliana Regina; ALMEIDA, Ana Maria Fonseca. Contratos de trabalho de professores e resultados escolares. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230049, 2018 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100241&lng=en&nrm=iso>. Access on 25 May 2020. Epub Sep 03, 2018.

BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei no 11.274, 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União. Brasília, DF,

7 fev. 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br/cne>. Acesso em 28.05.2020.

CAVALCANTI, B. Davi, FERREIRA, Demétrius; FRANÇA, Jéssyca; FERREIRA, Anderson. **Pesquisa sobre o perfil sociopedagógico do docente em Gravatá (PE) - (Questionário)**, 2020. Disponível em: <osf.io/vzk2n>. Acesso em 04.07.2020.

CORBUCCI, Paulo Roberto; ZEN, Eduardo Luiz. O IDEB à luz de fatores extrínsecos e intrínsecos à escola: uma abordagem sob a ótica do município. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio (Ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 26. p. 793-816.

CROWE, Sarah et al. **The case study approach**. *BMC medical research methodology*, v. 11, n. 1, p. 100, 2011.

DAVIES, Nicholas. O Financiamento da Educação Estatal no Brasil: novos ou velhos desafios? **Revista Educação On-line PUC-Rio** nº 10, p. 31-63, 2012. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0 Acesso em: 22 maio 2020.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

FINK, Arlene. **The survey handbook**. Thousand Oaks, Sage, 1995.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul. 2000.

GERRING, John. **Case study research: Principles and practices**. Cambridge university press, 2006.

GOMES, Juliana Pinto. **Coordenação pedagógica nas escolas municipais de educação infantil das zonas norte e oeste da rede municipal de santa maria-RS**. 2013. 26 f. Monografia (Especialização) - Curso de Docência na Educação Infantil, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

HJERN, Benny; HANF, Kenneth e PORTER, David. Local Networks of Manpower Training in the Federal Republic of Germany and Sweden. In **Interorganizational Policy Making: Limits to Coordination and Central Control**. London: Sage, pp. 303-4, 1978.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. **Resultado do Panorama de Gravatá – Economia**. www.ibge.gov.br/cidade@.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25/03/2019.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Boston: Little, Brown. 1984.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books, 1958.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

LOWI, Theodor. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory, World Politics**, 16: 677-715, 1964.

MARQUES JÚNIOR, Liderau dos Santos, OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de e LAGEMANN, Eugenio. **O Jogo da Política Fiscal entre União, Estados e Municípios no Federalismo Fiscal Brasileiro**. Brasília: ESAF, 2008.

MATIJASCIC, Milko. **Professores da educação básica no Brasil: condições de vida, inserção no mercado de trabalho e remuneração**. Brasília: Ipea, 2017. 44 p.

MENDES, Danielle Cristina de Brito. **FUNDEB: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil**. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 392-412, 10 set. 2012.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PINTO, José Marcelino Rezende. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios: desafios aos municípios. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 44, n. 153, p. 624-644, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053142946>.

ROSSI, Peter H; LIPSEY Mark W & FREEMAN, Howard E. **Evaluation: a systematic approach**. Sage (CA), Sage, 2004.

SÁ, Ana Karine Laranjeira de; SILVA, Mariana Batista. **Educação inclusiva: uma avaliação de implementação**. Revista Espaço Público, v.3, 2018.

SABATIER, Paul A. **TopDown and BottomUp Approaches to Implementation Research: a Critical Analysis and Suggested Synthesis**. Journal of Public Policy, 6, pp 2148, 1986.

SOLIGO, Valdecir. Relações entre Condições Sociais e o Rendimento Escolar Aferido pelo IDEB na Região Sul. **Pleiade**, Porto Alegre, v. 17, n. 9, p.05-14, jun. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p.20-45, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Access on 26 May 2020.

TAVARES, Márcio Miguel. **Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação no estado do Paraná**. 2006. 2018 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

WINTER, Soren C. Perspectivas de implementação: status e reconsideração. In: PETERS, G.; PIERRE, J. (Org.). **Administração pública: coletânea**. São Paulo: Editora Unesp,. p. 209-228, 2010.

YIN, Robert K. **Applications of case study research**. Sage, 2011.